FALTA DE IMIGRANTES: UM ASPECTO DO ATRASO NORDESTINO (*).

PETER L. EISENBERG
do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas.

Estudos recentes sobre as origens das desigualdades entre as regiões brasileiras tem focalizado sobretudo a segunda metade do século dezenove (1). Nesta época transpiraram o crescimento rápido de uma forte economia cafeeira no centro-sul, e a estagnação de uma economia açucareira outrora saudável no Nordeste. Ao mesmo tempo, centenas de milhares de imigrantes europeus chegaram ao centro-sul. Warren Dean tem demonstrado que alguns destes imigrantes, junto com alguns fazendeiros de café, integraram a base de uma nova burguesia que se encarregou da industrialização de São Paulo (2). O estudo atual examina uma das mais importantes regiões do Nordeste, Pernambuco, para determinar quais influências impediram o afluxo de imigrantes para esta região, onde talvez, pudessem ter contribuido para o desenvolvimento tal como ocorreu em São Paulo.

Nos primeiros trinta anos depois da Independência, somente uma colônia de estrangeiros foi fundada em Pernambuco; colônia esta de alemães, não sobreviveu senão uma década. Em 1828 um grupo de alemães indo para o sul do Brasil foi abandonado numa praia do Rio Grande do Norte, donde foram levados para Recife. O governo provincial mandou-os para uma colônia agrícola chamada Cova da Onça, que ficava a uns doze quilômetros a oeste de Recife. O governo es-

---

(*). — Comunicação apresentada na 2.a Sessão de Estudos no dia 6 de julho de 1972 (*Nota da Redação*).

(1). — Antonio Barros de Castro, *Sete Ensaios sobre a economia brasileira,* 2 volumes (Rio de Janeiro, 1971), v. 2, pgs. 19-31. Nathaniel Leff, "Desenvolvimento econômico e desigualdade regional, origens do caso brasileiro", in *Revista brasileira de economia,* v. 26, nº 1 (janeiro-março, 1972).

(2). — Warren Dean, *The Industrialization of São Paulo* (Austin, Texas, 1969).

perava que estando a colônia perto de alguns quilombos isto pudesse afugentar os escravos rebeldes. Batizada oficialmente Colônia Santa Amélia, ela recebeu em 1830 mercenários alemães e logo depois incluia 200 pessoas empregadas no cultivo de café e gêneros de subsistência. Em 1831 a maioria dos homens foi recrutada para reprimir a revolta chamada "setembrizada", e os que ficaram na colônia se mudaram ao norte para Ferraz, uma floresta perto de Goiana, onde trabalhavam na fabricação de carvão vegetal. Na altura de 1837 Cova da Onça encontrava-se abandonada, e em 1841 só restou uma família em Ferraz. Algumas famílias tinham se mudado para Recife, mas a maioria embarcou para o Rio Grande do Sul para lá juntar-se às colônias alemãs (3). Em 1839, outro grupo de 195 alemães foi contratado para trabalhar em obras públicas em Recife, mas ou quebraram o contrato ou sairam depois de cinco anos, de modo que nenhum grupo alemão permaneceu na província (4).

Os esforços principais para incentivar a imigração estrangeira para Pernambuco realizaram-se depois de 1850. O fim do tráfico de escravos africanos, que até então forneciam até a metade da mão-de-obra escrava da província, despertou interêsse para braços adicionais, e a atenção voltou-se para a Europa. As primeiras tentativas fracassaram imediatamente. Um grupo de comerciantes portugueses em Recife formou em 1857 a *Associação para Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.* A Associação se propunha arranjar

> "emigrantes morigerados, agricultores e industriosos" para as "terras devolutas ou outras pertencentes ao domínio público e particular".

Receberia reembolso oficial para passagens e sustento de imigrantes, aluguéis e vendas das terras possuidas pela Associação, e ju-

(3). — Antônio Victor de Sá Barreto, "A Colônia Alemã da Cova da Onça", in *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano*, v. X, nº 56 (janeiro-março, 1902), pgs. 75-77; F. A. Pereira da Costa, in *Anais Pernambucanos*, 10 volumes (Recife, 1949-1966), v. IX, pgs. 313-317. O botânico e médico inglês George Gardner encontrou a colônia "completamente decadente" em 1838. *Viagens no Brasil principalmente nas províncias do Norte e nos distritos do ouro e do diamante durante os anos de* 1836-1841, traduzido por Albertino Pinheiro (São Paulo, 1842), pgs. 73-75. Ver também Gilberto Freyre, *Nordeste, Aspectos da Influência da Cana sobre a Vida e a Paisagem do Nordeste do Brasil*, 4.a edição (Rio de Janeiro, 1967), pgs. 55-56, 60-61; e Guilherme Auler, "Os Colonos de Santa Amélia (Pernambuco, 1829) e o Diretor Major João Bloem", in *Boletim do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais* (Recife), n.º 11 (1962), pgs. 7-28.

(4). — Guilherme Auler, *A Companhia de Operários* 1839-1843. *Subsídios para o estudo da emigração germânica no Brasil* (Recife, 1959).

ros sobre empréstimos aos colonos e senhores de engenho que quisessem promover a imigração. O governo imperial aprovou os estatutos da Associação, e ela levantou 500 contos de capital; mas em 1858 desapareceu (5). O governo imperial também em 1857 mandou fazer um cadastro para uma colônia agrícola a ser dirigida por frades trapistas da Bélgica, mas suspendeu o projeto depois de quatro anos por falta de acordo com o diretor trapista (6).

Um aristocrata polonês, o conde Anton Ladislao Jasiensky, em 1864 apareceu em Pernambuco para promover a imigração de seus conterrâneos. A Assembléia Provincial concordou em criar uma loteria para cobrir as despesas da *Associação Promotora da Colonização Polaca no Brasil.* Mas logo depois a *Associação Comercial Beneficente de Pernambuco* estava reclamando que

> "a colonização polaca com que nos pretenderam fascinar não passou de uma verdadeira mistificação" (7).

Quando terminou a Guerra da Secessão nos Estados Unidos, quatro famílias vieram dos estados da Confederação para se instalar entre Palmares e Garanhuns, onde começaram a plantar algodão. O governo provincial projetou uma estrada até a colônia, e o presidente provincial informou que os colonos estavam

> "satisfeitos com a fertilidade do solo e amenidade do clima, que muito os tem agradado".

Mas os norte-americanos não chegaram a colher a segunda safra. Provavelmente a queda dos mercados de algodão de Pernambuco, também o resultado do fim da Guerra de Secessão, desanimou os colonos norte-americanos (8).

---

(5). — "Estatutos da Associação de Colonização em Pernambuco, Paraíba e Alagoas", in *Diário de Pernambuco* (Recife), 29 de julho de 1857. "Diretoria da Associação para Colonização de Pernambuco, Paraíba e Alagoas", *Ibid.*, 27 de outubro de 1857; Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos,* v. IX, pg. 337. Este não especificou quais as "dificuldades" que causaram a inatividade da associação, e não foi possível encontrar os *Relatórios* da sua diretoria.

(6). — Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos,* v. IX, pgs. 337-338.

(7). — *Relatório da Direcção da Associação Commercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléia Geral da mesma em* 26 *de Novembro de* 1867, pg. 7. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos,* v. IX, pgs. 338-339.

(8). — *Relatório que o Excellentíssimo Senhor* 1º *Vice-Presidente Dr. Manoel Clemente Carneiro da Cunha apresentou ao Excellentíssimo Senhor Conselheiro Dr. Francisco de Paula Silveira Lobo por ocasião de entregar-lhe em novembro de* 1866, *a administração da província de Pernambuco,* pg. 24; Henrique Augusto Milet, "A Colonização", in *Diário de Pernambuco,* 17 de maio de 1888. O consul norte-americano tentou em vão convencer os seus conterrâneos para ficar. Thomas Adamsom Jr. ao William H. Seward, Pernambuco, 29 de agosto de 1866, em *U. S. National Archives, Despatches from United States Consuls in Pernambuco,* 1817-1906, v. 8.

Estes fracassos seguidos só podiam ter produzido um certo desalento. Quando o Ministro da Agricultura dedicou 1:500$000 para construir um abrigo para imigrantes em Recife em 1867, o presidente provincial achou a quantia pequena e tentou comprar umas casas para o mesmo fim; mas o Ministro da Fazenda proibiu tal flexibilidade (9). Quando a *Associação Comercial Agrícola* propôs em 1871 que a província arrecadasse um imposto de $100 por saco de açúcar e algodão por 40 anos para custear tal abrigo e outras despesas ligadas com a imigração, a Assembléia Provincial desaprovou a idéia (10).

A Lei de Ventre Livre em 1871 despertou de novo um interesse pela imigração. O presidente provincial convocou uma reunião pública que fundou a *Sociedade Auxiliadora da Imigração e Colonização para a Província de Pernambuco.* Políticos, comerciantes, e senhores de engenho lideravam a Sociedade, que ia adquirir terras para colonos, exigir subsídios do governo imperial, e manter um abrigo para imigrantes. A Sociedade logo subscreveu 73 contos de capital, mas não fez mais nada (11). Outros empresários tampouco tiveram êxito. Bento José da Costa Júnior fez um contrato com o governo imperial em 1871 para introduzir 15.000 colonos nas províncias ao norte de Alagoas, mas apesar de uma renovação do contrato em 1874, Bento José não trouxe ninguém (12). Joaquim Caetano Pinto Júnior assinou um contrato parecido em 1875; seus primeiros 116 imigrantes foram trabalhar num orfanato rural da província, mas logo depois voltaram

---

(9). — *Relatórios com que o Excellentíssimo Senhor Barão de Villa Bella passou a administração desta província ao Excm. Sr. Vice-Presidente Dr. Quintino José de Miranda em* 23 *de julho de* 1868, *este ao Excm. Sr. Vice-Presidente Desembargador Francisco de Assis Pereira Costa em* 28 *de mesmo mes e anno, e o último ao Excellentíssimo Senhor Presidente Conde de Baependy em* 23 *de agosto seguinte,* (Recife, 1868), pgs. 14-15.

(10). — *Annaes da Assembléa Provincial de Pernambuco, Quinto Anno, sessão de* 1871, pgs. 126-127.

(11). — "Reunião", in *Diário de Pernambuco,* 2 de dezembro de 1871; "Sociedade Auxiliadora da Immigração e Colonização estrangeira e nacional para a província de Pernambuco, *Ibid.,* 8 de janeiro de 1872; *Falla com que o Exm. Presidente da Provincia João José de Oliveira Junqueira abriu a Assembléia Legislativa Provincial de Pernambuco no dia* 1º *de março de* 1872, pg. 37.

(12). — "Decreto 114", in *Diário de Pernambuco,* 29 de novembro de 1871; *Falla com que o Exmo. Senhor Desembargador Henrique Pereira de Lucena abrio a Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco em* 1º *de março de* 1875, pg. 147.

"dizendo que o salário era muito pequeno, e que não sendo agricultores, não lhes convinham os lotes de terra que lhes ofereciam" (13).

Um financista português, Joaquim Lopes Machado, facilitou a chegada de 295 imigrantes franceses em 1875, mas em vão,

"porque os imigrantes encontraram tão difíceis circunstâncias, que poucos obtiveram arranjo, tendo a maior parte preferido seguir para o Pará, a expensas do governo, ou voltar para a Europa, a custa de subscrições que promoverem com auxílio de seus cônsules" (14).

Um outro grupo de franceses chegados em 1875 teve sorte igual:

"pela maior parte artistas ou tendo profissões liberais, poucos foram contratados para agricultura, não havendo um só que quisesse os lotes de terra que se acham demarcadas" (15).

Estas desventuras repetidas produziram uma apatia para com a imigração em Pernambuco até fins da década de 1880. Quando a abolição final da escravidão de novo ameaçou criar uma falta de braços em 1888, o governo imperial comprometeu-se pagar as passagens transatlânticas, cedeu 50 contos para ajudar colônias de imigrantes em Pernambuco, e nomeou José Osório de Cerqueira como Inspetor--Geral das Terras e Colonização na província. José Osório pu-

---

(13). — "Immigrantes", in *Diário de Pernambuco,* 26 de fevereiro de 1875; *Falla... Henrique Pereira de Lucena... 1º de março de* 1875, pg. 146.

(14). — "Emigrantes", in *Diário de Pernambuco,* 13 e 18 de abril de 1875; *Falla com que o Exm. Sr. Commendador João Pedro Carvalho de Moraes abrio a sessão da Assembléa Legislativa Provincial em 1º de março de* 1876 (Recife, 1876), pg. 81. Os franceses desembarcaram primeiro no Rio da Prata. Mas "a falta de paz e segurança" em Buenos Aires em virtude da luta política entre Bartolomeu Mitre e Nicolás Avellaneda, depois que este ganhou a eleição de 1874, os convenceu a procurar o Brasil. Os pobres franceses não podiam ter encontrado melhores condições no Pará. A capital Belém nesta época era uma pequena vila ribeirinha de 15.000 habitantes. A população só começou a crescer em fins da década de 1870 quando chegaram retirantes do Ceará e a economia só ganhou vulto em fins da década seguinte, com a exploração da borracha. Pierre Denis, *Brazil,* traduzido por Bernard Miall (London, 1911), pgs. 358-359.

(15). — *Relatório do Desembargador Henrique Pereira de Lucena, passando, em* 10 *de maio de* 1875, *o exercício da presidência da Província ao Comendador João Pedro Carvalho de Moraes.* Lucena atribuiu a queda de preços de exportação à ausência de empregos para os imigrantes. Agradeço a Paulo Cavalcante que me deu uma cópia de trechos deste *Relatório,* cujo título original devia ter sido um pouco diferente.

blicou um livro descrevendo Pernambuco em termos bastante lisonjeiros em português, francês, italiano, numa tiragem de 18.000 exemplares. O presidente provincial nomeou uma comissão que formou a *Sociedade Promotora da Colonização e Imigração,* integrada na maior parte por comerciantes de Recife, para colaborar. Em 1889 o governo imperial aumentou o auxílio até 120 contos, o governo provincial comprou um engenho e uma outra propriedade na zona da mata, mandou imprimir 20.000 exemplares de um mapa da província, e autorizou a Henrique Marques de Holanda estabelecer dez famílias européias na sua usina Mameluco. O entusiasmo para a imigração chegou ao cúmulo quando o Inspetor-Geral anunciou que 100.000 colonos vinham para as províncias do Nordeste e do Norte, e a imprensa falou em termos de 775.000 (16).

Mas todo este afã relativo à imigração no Nordeste provinha das reações imediatas à abolição e também do auxílio oficial. No começo da República o governo nacional perdeu interesse pelas colônias setentrionais, e o governo estadual recusou fornecer subsídios. Foi

---

(16). — *Relatório com que o Exc.* 1º *Vice-Presidente Dr. Ignácio Joaquim de Souza Leão passou a administração da província em* 16 *de abril de* 1888 *ao Exm. Presidente Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade* (Recife, 1888), pgs. 14-15. A versão francesa do panfleto de José Osório foi *La Province de Pernambuco au Brésil* (Pernambuco, 1888). O Inspetor-Geral não poupou elogios: "Para resumir, a província de Pernambuco tem sem dúvida um clima brando e saudável: Por isto a aclimatação é aí fácil para nativos de outros países que quiserem trabalhar como agricultores em terras muito férteis entre gente hospitaleira como a nossa. Como consequência natural diríamos que é fácil implantar as colônias sem as quais será difícil desenvolver as suas riquezas e principalmente as suas indústrias". *Ibid.*, pg. 17.

Para os planos de José Osório, ver "Reunião em palácio", in *Diário de Pernambuco*, 18 de abril de 1888; José Osório. "Publicações a Pedido: Colonização sem colonos", *Ibid.*, 17 de agôsto de 1888; "Colonização sem colonos", *Jornal do Recife,* 14 de agosto de 1888; "Criação de núcleos coloniais", in *Diário de Pernambuco,* 22 de abril de 1888; "Colonização" e "Colonização e Immigração", ambos em *Ibid.*, 5 de maio de 1888; "Sociedade Promotora de Colonização e Immigracão de Pernambuco", *Ibid.*, 4 de setembro de 1888: *Falla que à Assembléa Legislativa Provincial de Pernambuco no dia de sua installação a* 15 *de setembro de* 1888 *dirigido o Exm. Sr. Presidente da Provincia Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade,* pg. 63; *Relatório com que o Exm. Sr. Desembargador Joaquim José de Oliveira Andrade entregou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Dr. Innocencio Marques de Araujo Góes em* 3 *de janeiro de* 1889, pg. 42; *Falla que à Assembléa Legislativa Provincial no dia de sua installação a* 1 *de março de* 1889 *dirigio o Exm. Sr. Presidente da Provincia Dr. Innocencio Marques de Araujo Góes* (Recife, 1889), pg. 36; "Relatório com que o Exm. Barão de Souza Leão passou a administração da Provincia em 20 de junho de 1889 ao Excm. 1º Vice-Presidente Barão de Caiará", *Diário de Pernambuco,* 1 de agosto de 1889. O ativo empresário Bento José da Costa Júnior, foi quem vendeu uma das propriedades; "Contractos para introdução de immigrantes", *Ibid.*, 29 de junho de 1889.

também importante o fato de as próprias colônias não terem realizado nem as expectativas dos imigrantes nem as promessas dos empresários. Em fins de 1890 um abrigo para imigrantes num subúrbio de Recife continha 117 estrangeiros, a maior parte italianos, franceses e belgas, com alguns espanhóis. Menos da metade eram diaristas ou agricultores; a maioria eram artesões, e pequenos comerciantes. No engenho no interior, os imigrantes reclamaram que o salário não igualava o que lhes fôra prometido, a comida faltava, e os seus talentos não eram necessários para o trabalho a fazer. Entre imigrantes e brasileiros, que não falavam francês ou italiano, estouravam várias brigas, e muitos voltaram para o Rio de Janeiro ou Europa (17).

O governo nacional numa tentativa final comprou mais três engenhos em Jaboatão e batizou-os, juntamente com o que já tinha, a *Colônia Barão de Lucena,* cuja área aumentada era de 2.200 hectares. Os colonos cultivavam cana, cacau e café, além de gêneros de subsistência, em terrenos pequenos de até 22 hectares. Mas esta colônia fracassou. O novo Inspetor-Geral Manoel Barata Góes, em parceria com Joaquim Lopes Machado, tentou estabelecer uma usina numa propriedade vizinha em 1893. A *Companhia Progresso Colonial,* com capital de 400 contos, não se efetivou porque os parceiros brigavam. Barata Góes alegou que Machado, que já possuia vários lotes, queria comprar a colônia inteira, e empregava só parentes. Lopes Machado retrucou que o Inspetor-Geral tinha roubado a Fazenda Nacional quando pagou demais para os engenhos e escondeu o fato dele ser o acionista maior da companhia. Os colonos tomaram parte na briga, e o escândalo convenceu o governo nacional a cancelar o seu auxílio e ceder a colônia para o governo estadual. O Governador Alexandre José Barbosa Lima ficou revoltado por ter a colônia proporcionado

> "terras a pessoas abastadas, residentes nesta e na vizinha cidade de Jaboatão, comerciantes, capitalistas, industriais, e até funcionários públicos, que tudo poderiam ser menos *colonos* nem imigrantes".

---

(17). — "Immigrantes", in *Diário de Pernambuco,* 27 de setembro de 1890, "Delegacia da inspectoria geral das terras e colonisação", *Ibid.*, 18 de outubro de 1890; *Jornal do Recife,* "A imigração entre nós", *Jornal do Recife,* 29 de novembro, 2, 6 e 7 de dezembro de 1890; "Hospedaria da Jaqueira", in *Diário de Pernambuco,* 30 de novembro de 1890; "Excursão", *Ibid.*, 4 de dezembro de 1890; "Colônia Suassuna", *Ibid.*, 11 de dezembro de 1890; Paraizio de Valladares, "A emigração entre nós", *Ibid.*, 16 de dezembro de 1890; "A immigração entre nós", in *Jornal do Recife*, 8, 10 e 16 de janeiro de 1891, e *Diário de Pernambuco,* 9 de janeiro de 1891; "Terras Públicas", *Ibid.*, 15 de janeiro de 1891; José Ottoni Ribeiro Franco, "O ex-encarregado da hospedaria ao público", *Ibid.*, 18 de janeiro de 1891.

Em 1895 o mesmo governador dividiu a colônia em lotes e os vendeu em leilão público (18). Barbosa Lima fez o último gesto para promover imigração quando mandou agentes para a Espanha e Portugal a fim de contratar artesões, alfaiates e pedreiros, mas o governador seguinte cancelou os acordos (19).

Embora po rmotivos nem sempre admiráveis, os pernambucanos rejeitaram as piores propostas para imigração, isto é, a importação de africanos ou chineses contratados. A Assembléia Provincial em 1857 rejeitou a idéia de contratar africanos livres, dois dos quais seriam dados a cada pessoa que libertasse um escravo. Na década de 1880, a idéia surgiu outra vez, e um representante dos senhores de engenho argumentou

> "ainda quando fosse praticavel, seria inconveniente e até imoral. Boçal e indolente, etnologicamente falando, o homem da raça negra no seu país natal é incapaz de compreender o que seja um contrato e só aprende a trabalhar com medo do castigo" (20).

Da mesma forma, as sugestões para importar chineses foram por água abaixo, mormente porque os pernambucanos tiveram medo que os orientais se beneficiassem mais do que os brasileiros. O *Jornal do Recife* advertia que

> "as qualidades especiais dos chins, a sua habilidade como operários, a sua sobriedade e economia, a dactilidade com que

(18). — Gervásio Campello, "A extincta Colônia Suassuna", *Ibid.*, 11 de junho de 1892; J. Thiago da Fonseca, "Immigração para o norte, *Ibid.*, 18 e 22 de junho de 1892. Pereira da Costa, *Anais Pernambucanos*, v. IX, pgs. 342-344. A imprensa recifense publicou muitos artigos dos interessados. Ver *Commercio de Pernambuco, Diário de Pernambuco* e *Jornal do Recife* entre 14 de março e 31 de agôsto de 1894; Manoel Barata Góes, *Núcleo Colonial Suassuna, O Delegado da Inspectoria Geral das Terras e Colonisação do Excm. Sr. Governador do Estado e ao Público* (Recife, 1894) colecionou os artigos dele; "Mensagem, Anno de 1896", em *Mensagens Apresentadas ao Congresso Legislativo do Estado em* 1893, 1895, 1896 *pelo Dr. Alexandre José Barbosa Lima, quando Governador de Pernambuco* (Recife, 1931), pg. 241.

(19). — *Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado em* 6 *de março de* 1897 *pelo Governador Dr. Joaquim Corrêa de Araujo* (Recife, 1897), pgs. 58-59.

(20). — Cowper ao Clarendon, Pernambuco, 30 de abril de 1857, em Great Britain, Parliament, *Parliamentary Papers*, 1857-1858, House of Commons and Command, v. LXI, *Accounts and Papers*, v. XXIX, pgs. 111-112. Abreviaremos outras referências a esta coleção na forma seguinte: *Parliamentary Papers*, ano, HCC, volume, *AP*, volume. "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Acta Provisoria", *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1886.

amoldam-se a todas as exigências, com tanto que ganhem dinheiro... asseguram-lhes, em todas as partes onde conseguem implantar-se, a preferência sobre os operários nacionais mais exigentes e dentro em pouco o monopólio do comércio e de todos as pequenas indústrias e serviços domésticos".

O *Diário de Pernambuco* condenou a idéia como

"uma nova escravidão embora disfarçada sob o manto de contratos de locação de serviços".

Henrique Augusto Milet, um senhor de engenho e economista importante da época, insistiu que

"não há fusão possivel daquelas Raças — Mongólica e Dravidiana, com a nossa; e os 100 ou 200.000 *chins*, que hoje existem na Califórnia, e os Estados limítrofes, já estão comprometendo seriamente o futuro daquela parte dos *Estados Unidos*".

Embora produtores de açúcar em Mauritius, Reunião, e outras ilhas das Antilhas, tinham utilizado mão-de-obra chinesa, Milet lembrou que geralmente os chineses voltaram para o Oriente depois da safra, e não gastaram os seus salários nem aumentaram a população no país que os empregou (21).

Uma comparação de dados censuários mostra claramente a falta de imigrantes em Pernambuco (Quadro I). Entre 1872 e 1900 a população estrangeira nunca chegou a incluir nem 2% da população de Pernambuco, enquanto no Rio de Janeiro sempre superou 10% e geralmente mais de 15%. Em São Paulo, ao abrir-se o século vinte quase um quarto da população era estrangeira. Além desta comparação quantitativa, vale a pena salientar que os poucos imigrantes em Pernambuco na sua grande maioria eram homens portugueses, que entravam no comércio urbano e nada contribuiram para a oferta de mão-de-obra para a agricultura. De fato estes comerciantes portu-

---

(21). — "'Trabalhadores asiáticos", *Jornal do Recife*, 13 de fevereiro de 1880; e *Diário de Pernambuco*, 16 de março de 1880. Ambos artigos criticaram um panfleto de Salvador de Mendonça analisando as vantagens e desvantagens de importar chineses. Henrique Augusto Milet, *Auxílio à Lavoura e Crédito Real* (Recife, 1876), pg. 35. *Idem, A Lavoura da Canna de Assucar* (Pernambuco, 1881), pg. 15. Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Livro de Atas nº 2, 10 de fevereiro de 1886, também publicada em *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1886; "Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco, Acta Provisória", *Diário de Pernambuco*, 13 de maio de 1886.

gueses foram tão malquistos nas primeiras décadas após a Independência que várias vezes tal ressentimento tinha explodido em revoltas de brasileiros contra seus primos portugueses. Em São Paulo, o elemento italiano predominava entre os estrangeiros, procurando emprego primeiro nos campos (22) (Quadro II).

A inabilidade de Pernambuco para atrair números grandes de imigrantes e fixá-los na agricultura pode-se atribuir a três fatores de importância desigual: clima, escassez de terras, e prosperidade relativa. O clima de Pernambuco não animou muito os imigrantes. A maior parte da zona da mata se encontra a menos de 400 metros acima do nível do mar, e a menos de 10 graus ao sul do equador. Em consequência, a temperatura média do verão chega a 27ºC, e a temperatura média de inverno não desce além de 24ºC. As secas periódicas que assolam o interior também hostilizavam os imigrantes, embora as secas não chegassem a atingir violentamente a zona da mata. A *Sociedade Auxiliadora da Agricultura de Pernambuco* acreditou que antropólogos e fisiologistas tinham provado que colonos europeus não tinham condições de trabalhar na sua agricultura tropical. Em São Paulo, o clima era bem mais brando. Numa altitude média entre 800 e 900 metros, a mais de 20 graus ao sul do equador, o planalto paulista gozava duma temperatura média no verão de 23ºC, mais fresca que o inverno pernambucano, e a temperatura média de inverno baixava para 18ºC (23).

Muitos viajantes estrangeiros voltavam de Pernambuco com impressões boas do clima porque nunca sairam de Recife. Eles julgaram o porto

> "notavelmente salubre", "o mais agradável de todo o Brasil", "o lugar mais saudavel do litoral", "a cidade mais saudavel dos

---

(22). — As revoltas aconteceram em 1824, 1831, 1832-1835, 1848. A historiografia destes movimentos é grande: ver, por exemplo, os artigos referentes mencionados em José Honório Rodrigues, *Índice anotado da Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano* (Recife, 1961). Para sumários bem acessíveis ver Amaro Quintas, "A agitação republicana no Nordeste", em Sérgio Buarque de Holanda (redator), *História Geral da Civilização Brasileira,* tomo II, *O Brasil Monárquico,* v. 1, *O Processo de Emancipação,* pgs. 207-237, e "O Nordeste, 1825-1850", em *Ibid.,* tomo II, v. 2, *Dispersão e Unidades,* pgs. 193-311. Teresa Schorer Petrone, "Imigração assalariada", em *Ibid.,* tomo II, v. 3, *Reações e Transações,* pgs. 283-285.

(23). — Mário da Veiga Cabral, *Coreografia do Brasil,* 28.a edição (Rio de Janeiro, 1947), pgs. 404, 490; Preston James, *Latin America,* 3.a edição (New York, 1959), pgs. 471, 475.

trópicos" e "uma das mais se não a mais saudável cidade do litoral brasileiro" (24).

Mas Recife, constantemente ventilada pelas brisas do mar, não é típica da zona da mata. Oficiais consulares, com mais experiência do que os viajantes, preveniam contra

> "os raios carbonizantes do sol" onde "o europeu ou o anglo-americano morreria sob o sol em menos de uma semana", e "o trabalhador agrícola europeu aguentaria o clima somente por um prazo curto", desde que "esse absolutamente não é um país de jeito algum que sirva para imigrantes ingleses" (25).

---

(24). — Charles Vaterton, esq., *Wanderings in South America, The North-West of the United States and the Antilles, in the Years* 1812, 1816, 1820, *and* 1824, 2.a edição (London, 1828), pg. 93; Christopher Columbus Andrews, *Brazil, Its Conditions* (New York, 1887), pgs. 111-112; Hastings Charles Dent, *A Year in Brazil* (London, 1886), pgs. 246-247; Ulick Ralph Burk e Robert Staples Jr., *Business and Pleasure in Brazil* (London, 1884), pg. 110: "Report by Consul Atherton on the Commerce of Pernambuco for the Year 1882", U. S. Department of State, *Reports from the Consuls of the United States on the Commerce, Manufactures, etc., of Their Consular Districts* (Washington, 1880-1910), 1882-1883, v. II, pg. 317. Informe de Edwin N. Gunsaulus, Pernambuco, 28 de setembro de 1900, *Ibid.*, 1900, v. I, pg. 754. A impressão de Recife nem sempre foi boa. Um viajante inglês notou que "a cidade de Pernambuco tem pouco interesse para quem não tivesse negócios aqui", e um oficial da marinha norte-americana lamentou que "a umidade do clima faz a cidade parecer velha, mofada, e decadente; as ruas são estreitas, sujas, e desagradáveis". Gardner, *Viagens no Brasil*, pg. 65. Lieutenant Commander Henry Honeychurch Gorringe (USN), *The Coast of Brazil*, v. I, From Cape Orange to Rio de Janeiro (Washington, 1873), pgs. 158-159.

(25). — Em 1887, a brisa do mar soprava 94% do ano, a brisa da terra, mais quente, soprava 4% do ano, e a calmaria prevalecia somente 2% do ano. "Regime dos Ventos", *Porto do Recife*, ano 1, nº 1 (1933); Cowper a Clarendon, Pernambuco, 30 de abril de 1857, *Parliamentary Papers*, 1857-1858, HCC, v. LXI, AP, v. XXIX, pg. 111. Informe de W. W. Stapp, Pernambuco, 30 de maio de 1859, em U. S. Congress, *Executive Documents*, First Session, 36th Congress, v. 2, D. 4, pg. 432. Stapp teve bons motivos para reclamar; mais tarde ele morreu de uma doença em Recife, como acontecera a outros três cônsules norte-americanos; Informe de Henry F. Hitch, U. S. National Archives, Despatches from U. S. Consuls, v. 6. Doyle a Granville, Pernambuco, 31 de outubro de 1870, *Parliamentary Papers*, 1871, HCC, v. LXVIII, *AP*, XXX, v. XXXII, pg. 106; Informe de Bonham, Pernambuco, 30 de abril de 1881, *Ibid.*, 1881, HCC, v. XCI, *AP*, v. XXXV, pg. 113. Ver a também informe de Corfield, Pernambuco, 30 de junho de 1875, *Ibid.*, 1875, HCC, v. LXXVII, *AP*, v. XXXVI, pg. 88. Consul Cohen ao Marquês de Salisbury, Pernambuco, 16 de fevereiro de 1892, *Ibid.*, 1892, HCC, LXXXIX, *AP*, v. 7, pg. 105. "Report on the Trade and Commerce of Pernambuco for the Year 1906", *Ibid.*, 1908, HCC ,v. CIX. *AP*, v. 48, pg. 15. "Auxiliadora da Agricultura", *Diário de Pernambuco*, 14 de Dezembro de 1984.

Mas o clima em si não pode ser a melhor explicação para a falta de imigrantes em Pernambuco, porque quando houve outras compensações o europeu se mostrou bem capaz de enfrentar as piores dificuldades dos trópicos, por exemplo durante a época áurea da borracha no Pará, em clima do equador numa selva umidíssima. E' preciso examinar outros motivos, de ordem política ou econômica, para explicar essa ausência.

Especulação e oportunismo, tal como aconteceu em Pernambuco não impedia a imigração para esta província mais do que para São Paulo, onde também houve fraude de empresários desonestos. Da mesma forma, discriminação política e religiosa, e escravidão, não foram obstáculos no Nordeste mais do que no Centro-Sul. A abolição de escravidão e a criação de um registro civil para nascimentos e óbitos em 1888 eliminou alguns destes problemas, e a separação da Igreja do Estado e a liberdade de culto proclamadas em 1890 eliminou outros. Todos estes obstáculos tinham desaparecido no país inteiro na década de 1890, a década que marca o apogeu da imigração novecentista para o Brasil (26).

A escassez de terras públicas na zona da mata, a região de cana-de-açúcar e a melhor servida por caminhos e estradas de ferro, também dificultou a permanência de imigrantes em Pernambuco.

> "Enquanto os terrenos da zona beira-mar, mais próximos dos centros de consumo, mais povoados e melhor dotados de meios de transporte, estiveram trancados pelos grandes proprietários que não os utilizam, nem cedem à cultura, e mal os custeiam em limitada extensão com o braço escravo; enquanto não garantimos ao imigrante fácil aquisição das sobras desses terrenos... serão mal sucedidas as tentativas e nunca veremos encaminhado para o Brasil o êxodo da Europa",

---

(26). — Luiz de Carvalho Paes de Andrade, *Questões Econômicas em Relação à Província de Pernambuco* (1864), pgs. 55, 60, "A agricultura do norte e a colonização", in *Diário de Pernambuco,* 11 de junho de 1877; Thomas Adamson Jr. ao William H. Seward, Pernambuco, 23 de outubro de 1866, U. S. National Archives, Despatches from U. S. Consuls, v. 8. *Relatório que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. Antonio Borges Leal Castello apresentou ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conselheiro João Lustosa da Cunha Paranaguá tendo entregue a administração da Provincia ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Barão do Rio Formoso* (1865), p. 60; Schorer Petrone, "Imigração assalariada", p. 281.

As mudanças legais estão resumidas em João Pandiá Calógeras, *A History of Brazil,* traduzido por Percy Alvin Martin (Chapel Hill, North Carolina, 1939), p. 278 e E. Brandford Burns, *A Documentary History of Brazil.* (New York, 1967), págs. 288-289.

advertiu um presidente provincial (27). Outro aconselhou que

> "nesta província, onde as terras devolutas são encravadas nas do domínio particular e ocupam pequenas extensões, é difícil pensar-se na criação de núcleos coloniais, pela necessidade de recorrer-se às aquisições custosas e algum tanto arriscadas de propriedades exploradas".

Se Pernambuco tivesse tido as

> "grandes extensões de terrenos devolutos que permitirão a criação de importantes núcleos coloniais",

como no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, continuou o mesmo oficial, não haveria problema em atrair imigrantes (28). No Centro-Sul, as terras se escasseavam no vale da Paraíba, no Rio de Janeiro e São Paulo, onde a plantação de café começou e lá os imigrantes começaram trabalhando como assalariados. Mais no oeste de São Paulo havia muitas terras públicas, onde as novas fazendas de café se implantavam, e os imigrantes pelo menos podiam sonhar com a possibilidade de poupar bastante para um dia poder comprar as suas próprias terras (29).

Esta possibilidade de se tornar fazendeiro foi facilitada também pelo baixo custo de capital físico da indústria do café. Para preparar o café para vender, o fazendeiro tinha que colher, descascar, separar por qualidade, limpar, ensacar, operações enfim manuais apenas. Mesmo se ele mecanizasse as técnicas de descascar, separar e limpar, ele não gastaria mais do que um ou dois contos. O produtor de açúcar enfrentava gastos muito mais elevados: tinha que cortar e moer a sua cana, operações manuais, mas também tinha que transformar o mel em açúcar e aguardente, operações químicas. Por isso, teria que

---

(27). — Fala pronunciada na abertura da Assembléia Legislativa Provincial de Pernanbuco pelo Excelentíssimo Presidente da Província, Conselheiro Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque no dia 1º de março de 1871. pg. 39.

(28). — *Fala... João Pedro Carvalho de Moraes... 1º de março de* 1876. Pg. 82. Ver também *Relatório da Direção da Associação Comercial Beneficente de Pernambuco apresentado à Assembléia Geral da mesma,* em 6 de agôsto de 1875, artigo XXVI. Para uma descrição das colônias alemãs no Rio Grande do Sul, ver Jean Roche, *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul* (Paris, 1959).

(29). — Schorer Petrone, "Imigração assalariada", págs. 276, 291-293; Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914", tese de doutorado, New York, 1969, capítulo IV; Dean, *The Industrialization of São Paulo,* p. 50.

investir pelo menos 50 contos e podia chegar facilmente a 200 contos o custo total de uma usina moderna (30). Não queremos sugerir que por causa de custos baixos e terras acessíveis muitos italianos ficaram fazendeiros de café depois de uma geração no Brasil. Mas os empresários de imigração em São Paulo podiam dar muito mais incentivo, e os próprios imigrantes tinham muito mais possibilidades do que os imigrantes em Pernambuco (31).

Ainda mais importante que o clima ou a escassez de terras foi a estagnação da economia açucareira em Pernambuco, a principal região exportadora, em comparação com a prosperidade da economia cafeeira de São Paulo. Entre 1890 e 1910, quando a exportação do café rendia anualmente uma média de 400.000 a 500.000 contos, a exportação de açúcar rendia menos de 50.000 contos, ou seja nem um vigésimo do valor da exportação do café (Quadro III). Esta prosperidade cafeeira permitiu que os governos estaduais de São Paulo gastassem mais de 1.000 contos por ano para custear as despesas de passagem transatlântica e estágio inicial no Brasil dos imigrantes, ao mesmo tempo que os governos pernambucanos ofereciam pouco ou nenhum auxílio. A prosperidade cafeeira também produziu uma pequena diferença em salários, favorável a São Paulo, onde trabalhadores do campo ganhavam 1$000 a 1$400 por dia enquanto os mesmos trabalhadores em Pernambuco ganhavam apenas $800 (32). Aque-

---

(30). — Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia,* pgs. 184-185, Peter L. Eisenberg, "The Sugar Industry of Pernambuco, 1850-1889, tese de doutoramento, New York, 1969, capítulo 3; Celso Furtado, *The Economic Growth of Brazil, A Survey from Colonial to Modern Times,* traduzido por Ricardo W. Aguiar e Eric Drysdale (Berkeley e Los Angeles, 1963), p. 124, também frisa o baixo custo de capital físico de entrada na produção de café.

(31). — Hall, "The Origins of Mass Immigration in Brazil", pgs. 139-149, insiste que casos de grande ascenção social de imigrantes eram raros. Thomas Holloway me informa que as suas pesquisas revelaram bastante mobilidade entre os italianos em São Paulo. Obviamente o problema merece estudos mais profundos.

(32). — Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia* (São Paulo, 1966), pgs. 195-196; "Bancos de Crédito Real", *Diário de Pernambuco,* 12 de agôsto de 1882; Um agricultor, "O abolicionismo e a lavoura". *Ibid.,* 6 de abril de 1884. Tanto nativos como estrangeiros protestaram contra o baixo nível salarial. Sociedade Auxiliadora de Agricultura de Pernanbuco, *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife em outubro de* 1878 (Recife, 1879), p. 311; "Representação", in *Diário de Pernanbuco,* 13 de agôsto de 1879); Cônsul Cohen a Mr. Wyndham, Pernambuco, 5 de fevereiro de 1892, e Hugh Wyndham ao Marquis of Salisbury, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1892, ambos em *Parliamentary Papers,* 1892, HCC, v. 70, *AP,* v. 32, pgs. 112-113; J. A. Gonsalves de Mello (Neto), *Trabalhadores Belgas em Pernanbuco* (1859-1863), in "Boletim do Instituto Joaquim Nabuco, de Pesquisas Sociais, nº 8" (1959), p. 17.

les imigrantes que se tornaram produtores de gêneros de primeira necessidade para o mercado local também gozavam de melhores condições do que os produtores destes generos no agreste e no sertão pernambucano, porque a prosperidade do café criou uma procura maior, e incentivou investimentos em vias de transporte que reduziram os custos de frete.

Esta diferença em prosperidade sem dúvida pode explicar a ausência geral de senhores de engenho entre os empresários de imigração em Pernambuco. Enquanto muitos fazendeiros de café em São Paulo desempenharam papéis importantes nas sociedades promotoras de imigração influenciando os governos para proporcionar auxílios à imigração, em Pernambuco os senhores de engenho quase nunca se metiam em campanhas parecidas. De certo modo pode-se explicar esta ausência pela satisfação dos donos da terra com a oferta de mão-de-obra: o nível salarial declinou depois de 1870 e podia-se compensar muita mão-de-obra com terras ociosas, no caso de moradores e lavradores de cana.

Mas não devemos esquecer que o nível salarial também caía em São Paulo, onde também existiam remunerações não monetárias para serviços agrícolas. A razão principal para a indiferença dos senhores de engenho deve ter sido o crescimento lento da sua produção. Entre 1876 e 1910 a média anual de açúcar produzido em Pernambuco aumentou de 116.000 para 142.000 toneladas. Na mesma época, o volume médio anual de café exportado subiu de 220.000 para 827.000 toneladas (Quadro III). Esta expansão cafeeira precisou de grandes incrementos à oferta de mão-de-obra, tais como proporcionadas pelos imigrantes, enquanto a expansão açucareira podia facilmente ter acontecido como resultado do crescimento natural da população. Deve-se notar também que a indústria açucareira depois de 1880 modernizou-se bastante na parte industrial, num processo de investimentos de capital que aumentou a produtividade e baixou, proporcionalmente, a procura de mão-de-obra. Assim os senhores de engenho não precisavam de imigrantes.

Vários estudiosos tem apontado como fenômeno simultâneo da diferença em prosperidade relativa, a existência de uma diferença radical entre os sistemas produtivos do Nordeste e do Centro-Sul. Geralmente se caracteriza esta diferença em termos do feudalismo daquela e do capitalismo deste (33). Gilberto Freyre alega que

---

(33). — Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, p. 460 Eugene D. Genovese, *The World the Slaveholders Made. Two Essays in Interpretation* (New York, 1969), p. 81; Octavio Ianni, *Raças e Classes Sociais no Brasil* (Rio de Janeiro, 1966), pgs. 79-80.

> "no Norte e no Nordeste, a economia baseada sobre o cultivo da cana e o fabrico do açúcar, desenvolveu baseada condições de tal modo feudais nas relações entre senhores e escravos de campo, que os colonos europeus não se consideram com as forças necessárias a superá-los, enquanto sobrevivessem o latifúndio e a monocultura, mesmo desacompanhados da escravidão" (34).

Presume-se que o sociólogo esteja se referindo à permanência dos lavradores e moradores na área açucareira, enquanto os imigrantes rejeitaram o sistema de parceria no Centro-Sul, e insistiram em contratos e salários (35). Mas vale a pena salientar que na área cafeeira provavelmente

> "o sistema que se generalizava nas últimas décadas era-lhes menos favorável do que a parceria. Pelos novos contratos não eram nem meeiros nem assalariados".

Vários testemunhos achavam

> "continuidades infelizes entre a escravidão e o novo sistema" (36).

Assim, mesmo que as relações entre patrões e operários rurais se tenham "modernizado" no Centro-Sul, não é claro que isto implicasse um benefício para estes, e portanto menos claro ainda é que esta mudança consttiuisse um chamariz para os imigrantes.

Em suma, procuramos mostrar que níveis diferentes de prosperidade em Pernambuco e São Paulo contribuiram mais do que quaisquer outros fatores para que a imigração européia no Brasil se concentrasse no Centro-Sul. Estes imigrantes trouxeram uma grande variedade de talentos, ambições, contactos, e em alguns casos capital, que os capacitaram para participar ativamente na industrialização daquela região. Na verdade não podemos apontar apenas os imigrantes como responsáveis para a formação de uma burguesia industrial, porque Warren Dean tem mostrado que os fazendeiros de café também às vezes se tornaram industriais: a recusa dos senhores de engenho do Norte em agir da mesma maneira foi provavelmente resultado de considerações como a pouca acumulação de capital e o ta-

---

(34). — Freyre, *Ordem e Progresso*, tomo II, pgs. 399-400.

(35). — Sérgio Buarque de Holanda, "As colônias de parceria", em *Idem* História Geral da Civilização Brasileira, tomo II, v. 3, pgs. 245-260; Emília Viotti da Costa, *Da Senzala à Colônia*, pgs. 188-202.

(36). — *Ibid.*, p. 199, Hall, *The Origins of Mass Immigration in Brazil*, pgs. 119-123.

manho do mercado local. Também deve-se lembrar que os imigrantes estrangeiros não fossem talvez os incrementos mais importantes para a população paulista. Nosso Quadro I permite calcular que as populações nativas de Pernambuco, Rio de Janeiro e São Paulo cresceram entre 1872 e 1900 um total de 41%, 61% e 117%, respectivamente. Supondo taxas de crescimento natural iguais, isto é, a natalidade e a mortalidade do Norte tendo sido semelhante às do Centro-Sul, somos obrigados a atribuir o impressionante crescimento demográfico de São Paulo à migração interna. Milhares de brasileiros deixaram o Nordeste e outras regiões periféricas para procurar sua fortuna no Centro-Sul, e estes tipos agressivos e flexíveis também devem ter desempenhado papéis essenciais no processo de industrialização (37). Tanto imigrantes europeus como migrantes nativos constituiram investimentos importantes de capital humano no Centro-Sul. A ausência de movimentos iguais para o Nordeste resultou da estagnação da indústria açucareira, e ajuda a entender como e porque esta região ficou para trás quando o Brasil entrou no século vinte (38).

* *
*

(37). — Gilberto Freyre orgulhosamente aponta uma "elite biológica" cujas "migrações empobreceu o Nordeste, a favor do Sul, de elementos biologicamente superiores". *Ordem e Progresso,* tomo II, p. 406.

(38). — Agradeço a Carlos Vogt de nosso Instituto em Campinas pela ajuda na versão portuguesa.

QUADRO I.

População por Origem.

Região	Ano	População Total	Estrangeiros (a)	Estrangeiros/ População
Pernambuco	1872	841.533	13.444	1,6
	1890	1.030.224	2.690	0,26
	1900	1.178.150	10.822	0,92
Rio de Janeiro (b)	1872	1.094.576	184.182	16,8
	1890	1.399.535	140.492	10,0
(c)	1900	1.737.478	268.221	15,4
São Paulo	1872	837.354	29.622	3,5
	1890	1.384.753	75.030	5,4
	1900	2.282.279	529.187	23,2

Notas: — (a). — Inclui Africanos .
(b). — Inclui Município Neutro, depois chamado Distrito Federal.
(c). — Dados para o Distrito Federal de 1906.

Fonte: F. J. Oliveira Vianna, "Resumo Histórico dos Inquéritos Censitórios Realizados no Brasil", Directoria Geral da Estatística, *Recenseamento do Brasil realizado em* 1 *de setembro de* 1920, 5 volumes (Rio de Janeiro, 1922-1930), v. I, pp. 429-432, 462-463, 478-480.

*

Quadro II.

Nacionalidade dos Imigrantes, 1900

Sexo	*Português*	*Italiano*	*Francês*	*Inglês*	*Espanhol*	*Austro-Húngaro*	*Alemão*
			Pernambuco.				
Homens	2.015	397	56	146	124	11	1
Mulheres	446	163	83	96	38	7	2
Total	2.461	560	139	242	162	18	3
			São Paulo.				
Homens	29.575	191.582	869	347	19.014	4.374	4.287
Mulheres	19.251	155.504	1.043	312	15.763	3.696	3.752
Total	48.826	347.086	1.912	659	34.777	8.070	8.039

Fonte: "Recenseamento da população em 31 de dezembro de 1900", em *Relatório apresentado ao Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida, Ministro da Industria, Viação e Obras Públicas, pelo Dr. José Luiz S. de Bulhões Carvalho (Rio de Janeiro,* 1908), pp. 142-143, 190-191.

*

QUADRO III.

Volumes e Valores Médios do Café e do Açúcar.

Anos	*Café* *Volume,* *Exportação, Brasil, (toneladas)*	*Café* *Valor,* *Exportação, Brasil, (contos)*	*Açucar* *Volume,* *Produção, Pernanbuco, (toneladas) (a)*	*Açucar* *Valor,* *Exportação Brasil, (contos)*
1876-1880	219.900	121.751	116.379	26.019
1881-1885	311.760	126.941	133.847	27.119
1886-1890	307.800	145.339	156.321	15.734
1891-1895	361.092	444.177	173.442	45.124
1896-1900	532.800	494.204	134.326	38.141
1901-1905	740.280	404.001	142.015	12.725
1906-1910	826.908	431.962	141.624	7.502

Nota: (a). — E' preferivel comparar a produção total de Pernambuco em vez da exportação nacional, porque o açucar passou a ser um produto de consumo nacional depois de 1900; ademais não temos dados completos sobre o valor total da produção pernambucana nos anos citados.

Fontes: Affonso de Taunay, *Pequena História do Café no Brasil* (1727-1937) (Rio de Janeiro, 1945), pgs. 548-549, "O Açucar na vida econômica do Brasil", *Annuário Açucareiro para* 1938 (Rio de Janeiro), pgs. 234-235.